



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

3º Quadrimestre – 2023

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2023

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

REALIZADA EM 26/02/2024

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2023, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre. Demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, e transmitida ao vivo pelo site da Câmara (www.mostardas.rs.leg.br).

Os números são originários dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do primeiro ao sexto bimestre de 2023, publicados no **mural da Prefeitura Municipal, no Site da Famurs e da Prefeitura** e para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumprir informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação fica circunscrita a análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados do primeiro ao sexto bimestre de 2023 e aos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro e segundo semestre.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

Os Resultados Primário e Nominal são métodos avaliativos de desempenho e mecanismos capazes de avaliar a evolução das variáveis ao longo do tempo. O setor público avalia os resultados fiscais a partir de uma perspectiva de estoques (dívida pública e crédito) e fluxos (receita e despesas). O **resultado primário** é a diferença entre receitas e despesas primárias e não financeira em determinado período, ou seja, representa o saldo da contabilização da arrecadação do governo o qual não altera o estoque da dívida, ou reduz a composição do ativo e, deduz a parcela dos gastos públicos referente às operações financeiras.

Portanto, este indicador representa o fluxo do esforço fiscal descontado dos déficits financeiros e da acumulação de estoques defasados.

Outro indicador do desempenho fiscal é o **resultado nominal**. Este constitui a diferença entre a receita e despesa agregada do governo por fonte de recursos: primários/não financeiros (resultado primário), não primários e financeiros (juros, amortizações, alienações de bens, operações de créditos, concessões de empréstimos, e etc.).

O **resultado nominal** representa a necessidade de financiamento do setor público, pois o saldo é exatamente a variação da dívida fiscal líquida, isto é, a necessidade de financiamento para cobrir déficits de caixa do setor público.

Enquanto, o **resultado primário** é a poupança requerida para o pagamento dos juros da dívida pública.

A forma de apuração dos resultados fiscais depende do desempenho do setor público consolidado a partir da metodologia “acima da linha” e “abaixo da linha”:

“acima da linha” = corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público.

“abaixo da linha” = corresponde à variação da dívida líquida total, interna ou externa.

Portanto, o método “**acima da linha**” representa a medida do fluxo do resultado primário, enquanto “**abaixo da linha**” obtém a informação da necessidade de financiamento do setor público mensurado pelo resultado nominal. A diferença entre o resultado nominal e o resultado primário é exatamente igual ao os juros nominais, parcela da remuneração que incide sobre a dívida pública adicionado da atualização monetária (estoque da dívida corroída pela variação dos preços).

Assim conforme o quadro abaixo podemos notar que:

- O Resultado Primário acima da linha (com RPPS) acima da linha no período foi de R\$ 5.311.629,01;
- O Resultado nominal acima da linha (sem RPPS) acima da linha no período foi de R\$ 3.033.854,78;
- O Resultado nominal (sem RPPS) abaixo da linha no período foi de R\$ 21.926,85;
- O Resultado Primário abaixo da linha (sem RPPS) no período foi de R\$ 262.655,96.

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

Prefeitura Municipal de Mostardas-RS
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2023/Meses Janeiro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)							
ACIMA DA LINHA							
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2023					
		Receitas Realizadas					
		66.680.687,17					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.849.016,00	7.450.309,47					
IPTU	1.648.361,00	1.133.328,36					
ISS	963.216,00	2.120.452,23					
ITBI	858.900,00	526.199,07					
IRRF	2.179.999,00	2.395.367,58					
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	1.198.540,00	1.274.962,23					
Contribuições	1.300.000,00	987.527,06					
Receita Patrimonial	755.185,00	1.991.644,85					
Aplicações Financeiras (II)	698.622,00	891.458,16					
Outras Receitas Patrimoniais	56.563,00	1.100.186,69					
Transferências Correntes	57.320.247,00	55.681.730,00					
Cota-Parte do FPM	16.528.660,00	15.855.406,67					
Cota-Parte do ICMS	19.637.155,00	17.995.009,67					
Cota-Parte do IPVA	1.735.153,00	1.600.637,60					
Cota-Parte do ITR	1.760.000,00	1.192.106,94					
Transferências da LC 61/1989	191.551,00	175.146,59					
Transferências do FUNDEB	11.912.954,00	11.540.204,00					
Outras Transferências Correntes	5.554.774,00	7.323.218,53					
Demais Receitas Correntes	614.466,00	569.475,79					
Outras Receitas Financeiras (III)	12.597,00	5.133,17					
Receitas Correntes Restantes	601.869,00	564.342,62					
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	66.127.695,00	65.784.095,84					
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	11.780.508,00	12.480.620,94					
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	3.172.570,00	5.983.992,58					
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.208.008,00	2.173.365,31					

Operações de Crédito (VIII)	1.000.000,00	848.647,87
Amortização de Empréstimos (IX)	15.874,00	33.518,39
Alienação de Bens	-	414.302,16
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-
Outras Alienações de Bens	-	414.302,16
Transferências de Capital	304,00	648.790,19
Convênios	-	-
Outras Transferências de Capital	304,00	648.790,19
Outras Receitas de Capital	191.830,00	228.106,70
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	191.830,00	228.106,70
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	192.134,00	1.291.199,05
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	78.100.337,00	79.555.915,83
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	66.319.829,00	67.075.294,89

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2023			
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	68.251.984,79	62.344.154,61	61.604.428,34	60.309.783,67	850.119,82
Pessoal e Encargos Sociais	32.510.824,92	31.693.174,95	31.693.174,95	31.375.218,56	289.802,14
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.752.139,07	1.746.542,02	1.746.542,02	1.746.542,02	-
Outras Despesas Correntes	33.989.020,80	28.904.437,64	28.164.711,37	27.188.023,09	560.317,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	66.499.845,72	60.597.612,59	59.857.886,32	58.563.241,65	850.119,82
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	11.003.320,00	10.222.446,37	10.205.162,07	10.202.846,71	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	7.786.795,10	4.513.812,37	3.977.404,45	3.823.410,39	10.946,00
Investimentos	6.405.077,10	3.140.749,74	2.631.222,92	2.503.787,42	10.946,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-

Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)	1.381.718,00	1.373.062,63	1.346.181,53	1.319.622,97	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	6.405.077,10	3.140.749,74	2.631.222,92	2.503.787,42	10.946,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	162.243,27	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX)	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	84.070.486,09	73.960.808,70	72.694.271,31	71.269.875,78	861.065,82
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	72.904.922,82	63.738.362,33	62.489.109,24	61.067.029,07	861.065,82

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	5.311.629,01
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIC)]	3.033.854,78

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2023
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXXVI)	1.165.309,19
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXXVII)	1.436.038,30
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.763.125,67

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022	Até o Bimestre
	11.896.152,83	13.570.078,44
DEDUÇÕES (XL)	9.651.709,94	10.832.789,52
Disponibilidade de Caixa	9.555.439,74	10.738.791,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.694.944,71	12.489.376,95
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	908.805,35	1.423.578,23
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	230.699,62	327.007,32
Demais Haveres Financeiros	96.270,20	93.998,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	2.244.442,89	2.737.288,92
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-492.846,03	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2023					
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)						514.772,88
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)						-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)						-
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)						-
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)						-
OUTROS AJUSTES (XLXIX)						-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	21.926,85					
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	292.655,96					

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.270.512,30
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.270.512,30
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	3.949.758,00

2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluída as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2023 no montante de **R\$ 83.000.000,00**. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de **R\$ 87.318.666,00**, tendo sido arrecadado, portanto, 105,20% da meta anual.

O total das Receitas Correntes previsto para o exercício, de acordo com a programação financeira, foi de R\$ **83.226.257,00**. Os valores realizados corresponderam a R\$ **86.724.938,91**, atingido 104,20% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Transferências Correntes que representam 74,44% do arrecadado das receitas correntes.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	PROGRAMADA NO	REALIZ. NO	%
	ANUAL	PERÍODO	PERÍODO	REALIZ. ANO
1- RECEITAS CORRENTES	R\$ 83.226.257,00	R\$ 83.226.257,00	R\$ 86.724.938,91	104,20%
Receita Tributária	R\$ 7.115.245,00	R\$ 7.115.245,00	R\$ 7.896.440,25	110,98%
Receita de Contribuição	R\$ 3.956.079,00	R\$ 3.956.079,00	R\$ 3.458.806,81	87,43%
Receita Patrimonial	R\$ 4.243.127,00	R\$ 4.243.127,00	R\$ 8.410.400,81	198,21%
Receita de Serviços	R\$ 460.179,00	R\$ 460.179,00	R\$ 168.810,13	36,68%
Transferencia Correntes	R\$ 66.971.214,00	R\$ 66.971.214,00	R\$ 64.557.769,95	96,40%
Outras Receitas Correntes	R\$ 480.413,00	R\$ 480.413,00	R\$ 2.232.710,96	464,75%
Receita Intra-Orçamentaria	R\$ 8.798.303,00	R\$ 8.798.303,00	R\$ 8.210.596,82	93,32%
2- RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.208.008,00	R\$ 1.208.008,00	R\$ 2.177.270,24	180,24%
Operações de Crédito	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 850.000,00	85,00%
Alienação de Bens		R\$ -	R\$ 414.302,16	0,00%
Amort. De Empréstimos	R\$ 15.874,00	R\$ 15.874,00	R\$ 36.070,31	227,23%
Transferências de Capital	R\$ 304,00	R\$ 304,00	R\$ 648.790,19	213417,83%
Outras Receitas de Capital	R\$ 191.830,00	R\$ 191.830,00	R\$ 228.107,58	118,91%
3 (-) DEDUÇÃO DA RECEITA	R\$ -10.232.568,00	R\$ -10.232.568,00	R\$ -9.794.139,97	95,72%
TOTAL DA RECEITA	R\$ 83.000.000,00	R\$ 83.000.000,00	R\$ 87.318.666,00	105,20%

2.1 Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu, até o final do exercício em análise, o montante de R\$ **7.896.440,25**, que confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ **7.115.245,00**, representa uma realização de **110,98%** do valor estimado para o ano.

A arrecadação do I P T U foi de 76,79% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 11.782.516,00, tendo sido arrecadados R\$ 1.368,720,95. Esta receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis do Município.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - **ITBI** - para o qual havia uma projeção de **R\$ 858.900,00** para o ano, acumulou-se uma arrecadação de **R\$ 539.173,35**, sendo arrecadados 62,77% do valor previsto para 2023. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis depende da movimentação do mercado imobiliário.

Em relação ao **ISS**, a arrecadação no período foi de **R\$ 2.129.958,71**, o que representa **221,13%** da previsão.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ **1.493.219,66**, contra uma projeção de R\$ **988.540,00**. Foi arrecadado, portanto, **148,02%** da meta anual.

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	PROGRAMADA NO	REALIZ. NO	% REAL
		PERÍODO	PERÍODO	ANO
Impostos	R\$ 5.916.705,00	R\$ 5.916.705,00	R\$ 6.433.220,59	108,73%
I P T U	R\$ 1.782.516,00	R\$ 1.782.516,00	R\$ 1.368.720,95	76,79%
I R R F	R\$ 2.312.073,00	R\$ 2.312.073,00	R\$ 2.395.367,58	103,60%
I T B I	R\$ 858.900,00	R\$ 858.900,00	R\$ 539.173,35	62,77%
I S S Q N	R\$ 963.216,00	R\$ 963.216,00	R\$ 2.129.958,71	221,13%
Taxas	R\$ 988.540,00	R\$ 988.540,00	R\$ 1.463.219,66	148,02%
Taxas de Inspeção e fiscalização	R\$ 148.778,00	R\$ 148.778,00	R\$ 266.471,32	179,11%
Taxas p/ Prestação de Serviços	R\$ 839.762,00	R\$ 839.762,00	R\$ 1.196.748,34	142,51%
Contribuições	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ -	0,00%
Contribuições de melhoria	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ -	0,00%
Total das Receitas Tributárias	R\$ 7.115.245,00	R\$ 7.115.245,00	R\$ 7.896.440,25	110,98%

2.2 Receita de Contribuições

As receitas de Contribuições Sociais são decorrentes das Contribuições Previdenciária do RPPS que registraram uma arrecadação de **R\$ 2.471.209,15**, que corresponde a **93,04%** dos **R\$ 2.656.079,00** da projeção inicial.

Outra receita importante a se destacar é a Contribuição para o Custeio Ilum. Pública (COSIP) que arrecadou o montante de **R\$ 987.597,06**, contra uma previsão inicial de **R\$ 1.300.000,00**. Arrecadou-se, portanto, 75,97% da projeção para o exercício de 2023.

QUADRO 4 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Exercício	Real / Previsto
Contribuições Sociais	R\$ 3.956.079,00	R\$ 3.458.806,21	87,43%
Contribuições Previdenciárias	R\$ 2.656.079,00	R\$ 2.471.209,15	93,04%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	R\$ 1.300.000,00	R\$ 987.597,06	75,97%
Outras Contribuições Econômicas			

2.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro abaixo** no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que arrecadou **R\$ 19.398.088,39**, no exercício, correspondendo a **96,31%** da previsão anual. Na receita de custeio do SUS tínhamos uma previsão inicial de **R\$ 2.400.981,00** e arrecadou-se **R\$ 2.538.264,57**, ou seja, **105,72%** da previsão inicial. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de **R\$ 22.361.233,95** tendo sido arrecadado, portanto, **91,10%** da previsão inicial que foi de **R\$ 24.546.445,00**. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município, sendo que este teve um acréscimo de em relação ao ano anterior, porém em termo geral à arrecadação foi menor.

QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO ANUAL	PROGRAMADA NO PERÍODO	REALIZ. NO PERÍODO	% REAL. ANO
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 66.971.214,06	R\$ 66.971.214,06	R\$ 64.557.769,95	96,40%
Transferências da União	R\$ 27.017.626,06	R\$ 27.017.626,06	R\$ 26.021.100,53	96,31%
Cota parte FFPM	R\$ 20.348.660,06	R\$ 20.348.660,06	R\$ 19.398.088,39	95,33%
Cota parte do F P M mensal	R\$ 19.100.000,00	R\$ 19.100.000,00	R\$ 17.853.712,24	93,47%
Cota parte FPM - cotas extraordinarias	R\$ 1.248.660,06	R\$ 1.248.660,06	R\$ 1.544.376,15	123,68%
Cota Extra FPM 1% - Julho	R\$ 578.357,56	R\$ 578.357,56	R\$ 615.414,66	106,41%
Cota Extra FPM -SETEMBRO	R\$ 252.060,50	R\$ 252.060,50	R\$ 347.252,58	137,77%
Cota Extra FPM 1% - dezembro	R\$ 418.242,00	R\$ 418.242,00	R\$ 581.708,91	139,08%
Cota-parte ITR	R\$ 2.200.000,00	R\$ 2.200.000,00	R\$ 1.490.133,52	67,73%
Transf da Compesação Finance - FEP	R\$ 440.538,00	R\$ 440.538,00	R\$ 376.601,93	85,49%
Outras Transf. Exploração rec. Naturais	R\$ 363.700,00	R\$ 363.700,00	R\$ 144.150,16	39,63%
Transf Recurso do SUS - Bloco custeio	R\$ 2.400.981,00	R\$ 2.400.981,00	R\$ 2.538.264,57	105,72%
Transferências do F N A S	R\$ 99.755,00	R\$ 99.755,00	R\$ 133.226,70	133,55%
Transferências do F N D E	R\$ 1.070.400,00	R\$ 1.070.400,00	R\$ 1.378.568,91	128,79%
Outras Transferências da União	R\$ 93.592,00	R\$ 93.592,00	R\$ 562.066,35	600,55%
Transferências do Estado	R\$ 28.040.634,00	R\$ 28.040.634,00	R\$ 26.934.771,75	96,06%
Cota Parte do I C M S	R\$ 24.546.445,00	R\$ 24.546.445,00	R\$ 22.361.233,95	91,10%

Cota Parte do I P V A	R\$ 2.168.941,00	R\$ 2.168.941,00	R\$ 2.000.797,01	92,25%
Cota Parte do IPI / Exportação	R\$ 239.440,00	R\$ 239.440,00	R\$ 218.933,28	91,44%
Cota parte da C I D E	R\$ 17.716,00	R\$ 17.716,00	R\$ 2.461,94	13,90%
Cota Parte Comp.Financeira-Royalties	R\$ 20.787,00	R\$ 20.787,00	R\$ 6.908,82	33,24%
Transferencia p/ Saude Fundo a Fundo	R\$ 607.863,00	R\$ 607.863,00	R\$ 591.658,37	97,33%
Transf. Conv. Do estado e suas entidades	R\$ 420.657,00	R\$ 420.657,00	R\$ 611.824,43	145,44%
Outras Transferências do Estado	R\$ 18.785,00	R\$ 18.785,00	R\$ 1.140.953,95	6073,75%
Transferências de Outras Inst. Publica	R\$ 11.912.954,00	R\$ 11.912.954,00	R\$ 11.540.204,00	96,87%
Outras Tranf. diversas	R\$ -	R\$ -	R\$ 61.693,67	

2.4 - Transferências do FUNDEB

O FUNDEB arrecadou 96,87% do valor orçado para o exercício de 2023, no entanto o ganho com o FUNDEB foi de R\$ 2.676.974,60, apontando uma arrecadação de 118,35% do previsto.

QUADRO 6 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	PROGRAMADA NO EXERCÍCIO	REALIZADA NO ANO	% REALIZ. ANO
Valores Recebidos do FUNDEB	R\$ 11.912.954,00	R\$ 11.540.204,00	96,87%
Transf. para Fundeb (Dedução Fundeb)	R\$ 9.650.967,00	R\$ 8.863.229,40	91,84%
Ganho com o FUNDEB	R\$ 2.261.987,00	R\$ 2.676.974,60	118,35%

3 DESPESA

3.1 Resultado Orçamentário

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Empenhada, nela incluída a transferência da cota patronal para o RPPS, no período de janeiro a dezembro de 2023, apresentou uma execução inferior à Receita Total Realizada. Em valores acumulados, a

correlação Despesa Total/Receita Total foi de **86,79%**, demonstrando um **Resultado Orçamentário de R\$ 11.531.671,14.**

A meta estabelecida para assegurar o equilíbrio fiscal consiste em obter a relação despesa pública/receita pública na proporção menor ou igual a 100%. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

QUADRO 7 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

RECEITA REALIZADA	PROGRAMADA NO EXERCÍCIO	REALIZADA NO PERÍODO	% REALIZ. PERÍODO
(1) RECEITA TOTAL	R\$ 83.000.000,00	R\$ 87.318.666,00	105,20%

DESPESAS LIQUIDADAS	EMPENHADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	% REALIZ/ PROGRAMADA
DESPESAS CORRENTES	R\$ 73.626.244,02	R\$ 71.809.590,41	97,53%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 40.280.071,00	R\$ 41.849.305,80	103,90%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 1.746.542,02	R\$ 1.746.542,02	100,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 31.599.631,00	R\$ 28.213.742,59	89,29%
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 4.138.529,00	R\$ 3.977.404,45	96,11%
Investimentos	R\$ 2.943.018,00	R\$ 2.631.222,92	89,41%
Inversões Financeiras	R\$ 10.000,00	R\$ -	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 1.185.511,00	R\$ 1.346.181,53	0,00%

Outras Despesas de Capital	R\$ -	R\$ -	0,00%
(2) DESPESAS TOTAL	R\$ 77.764.773,02	R\$ 75.786.994,86	97,46%
RESULTADO ORÇAMENTO (1-2)	R\$ 9.553.892,98	R\$ 11.531.671,14	120,70%
RELAÇÃO DESPESA/RECEITA (2/1)	89,06%	86,79%	

3.1.1 Resultado Orçamentário (somente fontes da prefeitura)

Considerando somente as fontes de recursos na prefeitura, a Despesa Total Empenhada, nela **excluída a transferência da cota patronal para o RPPS**, no período de janeiro a dezembro de 2023, apresentou uma execução inferior à Receita Total Realizada. Em valores acumulados, a correlação Despesa Total/Receita Total foi de **92,43%**, demonstrando um **Resultado Orçamentário de R\$ 5.211.942,01**. A meta estabelecida para assegurar o equilíbrio fiscal consiste em obter a relação despesa pública/receita pública na proporção menor ou igual a 100%. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

QUADRO 8 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (SOMENTE A PREFEITURA)

RECEITA REALIZADA	PROGRAMADA NO EXERCÍCIO	REALIZADA NO PERÍODO	% REALIZ. ANO
(1) RECEITA TOTAL	R\$ 68.046.922,00	R\$ 68.854.052,48	101,19%

DESPESAS LIQUIDADAS	EMPENHADA NO PERIODO	LIQUIDADADA NO PERIODO	% REALIZ/ PROGRAMADA
DESPESAS CORRENTES	R\$ 60.987.693,00	R\$ 59.675.983,02	97,849%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 28.845.831,00	R\$ 30.062.881,33	104,219%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 1.334.511,00	R\$ 1.746.542,02	130,875%
Outras Despesas Correntes	R\$ 30.807.351,00	R\$ 27.866.559,67	90,454%
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 4.811.229,00	R\$ 3.966.127,45	82,435%
Investimentos	R\$ 2.885.718,00	R\$ 2.619.945,92	90,790%
Inversões Financeiras	R\$ 10.000,00	R\$ -	0,000%
Amortização da Dívida	R\$ 1.185.511,00	R\$ 1.346.181,53	113,553%
Reserva de contingência	R\$ 730.000,00		
(2) DESPESAS TOTAL	R\$ 65.798.922,00	R\$ 63.642.110,47	96,722%
RESULTADO ORÇAMENTO (1-2)	R\$ 3.055.130,48	R\$ 5.211.942,01	170,596%
RELAÇÃO DESPESA/RECEITA (2/1)	95,56%	92,43%	

3.2 Juros e Encargos da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 1.334.511,00.

3.3 Despesa de pessoal e limites da LRF

A Despesa de Pessoal Total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais.

Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, que foi de **R\$ 66.680.870,17**, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de despesa com pessoal foi de **44,32%** para o Executivo, abaixo do limite prudencial, que é **51,30%** e de **2,58%** para o Legislativo, abaixo do limite prudencial, que é de **5,40%**.

QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

PODER	DESPESA LIQUIDADA	% RCL	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE LEGAL
Despesas com pessoal do Executivo	R\$ 29.213.271,11	44,32%	51,30%	54,00%
Despesas com pessoal do Legislativo	R\$ 1.622.710,34	2,46%	5,70%	6,00%
Total das despesas com pessoal	R\$ 30.835.981,45	47,86%	57,00%	60,00%

3.4 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no acumulado do ano, totalizaram R\$ **16.826.251,48** sendo destes valores excluídos a despesa líquida com PLUS do Fundeb e Rendimento do MDE e Fundeb, tendo assim o montante aplicado em despesas do ensino de **R\$ 14.348.525,91** o que corresponde a **27,20%** da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal, inclusive aplicando 2,20% a maior o que corresponde a R\$ 1.318.938,23.

Conforme demonstrado no Quadro 8, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi superavitário em relação ao Fundeb. Assim, o **ganho deverá** ser deduzido nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 26 da Lei Federal 14113/2020, uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município durante o exercício de 2023 aplicou, o montante de R\$ 11.242.283,89, o que corresponde a **97,02%** dos recursos do referido fundo que foi de R\$ 11.587.979,09, **atendendo** o dispositivo legal supracitado. Os dados apresentados estão de acordo com o Programa Autenticador de Dados – PAD.

QUADRO 9 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS	ARRECADAÇÃO
(20) RECEITAS TRIBUTÁRIAS	R\$ 1.625.147,52
(20)TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 2.675.607,62
TOTAL MDE	R\$ 4.300.755,14
(31)TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 11.540.204,00
(31) Remuneração Fundeb	R\$ 47.775,09
TOTAL FUNDEB	R\$ 11.587.979,09
TOTAL	R\$ 15.888.734,23

DESPESA POR SUBFUNÇÃO MDE + FUNDEB	DESPESA EMPENHADA
(20)ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$ 203.424,93
(20)ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 4.654.523,93
(20)EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 3.186,65

(20)OUTROS ENCARGOS ESPECIAS	R\$ 541.067,29
(-)Despesas não computáveis	R\$ -61.238,06
TOTAL DESPESA MDE	R\$ 5.340.964,74
(31)ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 7.493.111,79
(31)EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 3.976.740,30
(31)EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 115.434,65
(31)ENCARGOS ESPECIAIS	
DESPESAS CUSTEADO COM FUNDEB	R\$ 11.585.286,74
(-)Despesas não computáveis	R\$ -343.002,85
TOTAL DESPESAS CUSTEADO COM FUNDEB	R\$ 11.242.283,89
DESPESAS LIQUIDADAS COM PLUS FUNDEB	R\$ -2.234.722,72
SUB TOTAL	R\$ 9.007.561,17
VALOR APLICADO FUNDEB +MDE (BASE DE CALCULO)	R\$ 14.348.525,91
VALOR TOTAL APLICADO	R\$ 14.348.525,91
TOTAL APLICADO	R\$ 16.926.251,48
PERCENTUAL APLICADO	27,20%

QUADRO 10 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$)
RECEITA FUNDEB	R\$ 11.587.979,09
GASTOS CONSTITUCIONAIS (70%)	R\$ 11.242.283,89
% APLICADO	97,02%

3.5 Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Os gastos com saúde atingiram o montante de **23,17%**, sobre a Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

Observa-se que o município repassou a mais para saúde o montante de R\$ 12.113.042,93 sendo que o montante de R\$ 11.866.342,18 refere-se gastos com aplicação em saúde, atingindo assim o mínimo constitucional exigido, pois pela constituição é obrigado a aplicar o mínimo de 15% das receitas de impostos e transferências o que daria R\$ 7.681.972,97, porém o município aplicou á mais o montante de R\$ 4.184.390,21. Os dados apresentados estão de acordo com o Programa Autenticador de Dados – PAD, e demonstrado no Quadro 11 abaixo.

QUADRO 11 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	ARRECADAÇÃO
RECEITA BASE	R\$ 51.213.153,11
15% À APLICAR	R\$ 7.681.972,97
TOTAL A APLICAR COM ASPS	R\$ 7.681.972,97

DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES
ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$ 8.832.745,23
ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 155.525,76
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	R\$ 3.080.233,29
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	R\$ 44.538,65
TOTAL	R\$ 12.113.042,93
(-) Despesas Não Computáveis	R\$ -152.856,61
(-) Insuficiência no Financeira	R\$ -93.844,14
TOTAL DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	R\$ 11.866.342,18
% DE DESPESAS COM SAÚDE	23,17%

4 ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL

No final do quadrimestre em análise, a dívida Contratual consolidada e de R\$ 13.570.078,44, sendo deste valor R\$ 10.325.143,97 de financiamento e R\$ 3.120.604,91 referente a parcelamento com RPPS.

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 120% o que daria um montante de R\$ 79.596.824,60, observa-se que, no final do exercício em análise, atingimos o índice de 4,13% da RCL, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 11 – DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS - RS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b") R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º	Até o 2º	Até o 3º
		Quadrimestre	Quadrimestre	Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	11.896.152,83	13.559.586,36	14.499.601,31	13.570.078,44
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	11.896.152,83	13.559.586,36	14.499.601,31	13.570.078,44
Empréstimos	670.123,45	942.567,42	541.370,73	124.329,56
Internos	670.123,45	942.567,42	541.370,73	124.329,56

Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	10.162.527,23	10.304.693,15	10.670.047,07	10.325.143,97
Internos	10.162.527,23	10.304.693,15	10.670.047,07	10.325.143,97
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	1.063.502,15	2.312.325,79	3.288.183,51	3.120.604,91
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	1.063.502,15	2.312.325,79	2.194.751,21	2.135.019,55
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	1.093.432,30	985.585,36
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.651.709,94	9.150.418,12	10.518.555,85	10.832.789,52
Disponibilidade de Caixa¹	9.555.439,74	9.054.202,59	10.422.330,92	10.738.791,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.694.944,71	9.422.359,33	10.798.232,17	12.489.376,95
(-) Restos a Pagar Processados	908.805,35	59.919,72	46.109,34	1.423.578,23
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	230.699,62	308.237,02	329.791,91	327.007,32
Demais Haveres Financeiros	96.270,20	96.215,53	96.224,93	93.998,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.244.442,89	4.409.168,24	3.981.045,46	2.737.288,92
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	59.713.431,91	59.872.310,56	60.965.579,72	66.680.687,17
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.099.710,00	1.096.507,72	1.446.507,72	350.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	58.613.721,91	58.775.802,84	59.519.072,00	66.330.687,17
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	20,30	23,07	24,36	20,46
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	3,83	7,50	6,69	4,13
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120,00%>	70.336.466,29	70.530.963,41	71.422.886,40	79.596.824,60
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108,00%>	63.302.819,66	63.477.867,07	64.280.597,76	71.637.142,14

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 ² (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	68.022.079,97	188.102.962,35	188.102.962,35	226.427.844,28
RP NÃO-PROCESSADOS	3.049.317,64	1.169.112,25	888.396,42	1.779.802,11
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios".

5. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Conforme a Lei Municipal nº 4332 /2021, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ **18.464.613,52**, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram o total de R\$ **10.202.846,71**, obtendo-se um **resultado**

superavitário de R\$ **8.261.766,81**. O saldo das disponibilidades financeiras resulta num montante atual de R\$ **52.400.730,44**, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos.

QUADRO 12 – RECEITAS E DESPESAS DO RPPS

Receita	Arrecadado no Ano
Contribuicao do Servidor Civil Ativo - P	2.401.643,93
Contribuicao do Servidor Civil Inativo -	65.263,20
Contribuicao do Servidor Civil - Pension	3.574,59
Total Contriuição Sevidores (1)	2.470.481,72
Remun.Dep.Banc.Rpps Renda Fixa e Variave	5.983.992,58
Compen. Finan. entre Regimes Previdencia	1.799.542,40
Total Contribuição + Rendimentos (2)	7.783.534,98
Contr.Patronal Servidor Ativo RPPS	2.402.407,21
Cpsss Patrinal-Taxa de Administracao	353.034,38
Contri. Patronal Servidor Civil Inativo	65.263,70
Contri. Patronal Servidor Civil Pensio.	3.574,60
Contri. Patro. Servi. Civil Ativo Parce.	350.918,59
Total Contribuição Patronal (3)	3.175.198,48
Aportes Perio. Amortizacao RPPS – (4)	5.035.398,34
Total Receita RPPS	18.464.613,52

DESPESAS	LIQUIDADA ANO
APOSENTADORIA	9.418.473,90
PENSÕES	698.324,82
VENCIMENTOS E VANTAGENS	39.172,44
SUB- TOTAL	10.155.971,16
DIARIAS	2.163,52
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEITOS PJ	7.752,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.800,00
SERIVOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.923,54
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	26.236,49
SUB- TOTAL	46.875,55
TOTAL	10.202.846,71
RESULTADO	8.261.766,81

6 - DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS/RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado à disponibilidade de caixa. Durante o exercício financeiro de 2023, o município obteve um superávit de R\$ 2.611.919,43.

Outro ponto importante ressaltar que o município repassou no recurso livre a mais para educação o montante de R\$ 1.318.938,23 e para saúde R\$ 4.184.390,21, perfazendo um montante de R\$ 5.503.328,44.

COMENTÁRIO FINAL

- ✓ Os resultados apresentados em termos gerais permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira **foram atendidos**.
- ✓ No Exercício de 2023, a correlação Receita/Despesa foi superavitária em relação ao orçamento total.
- ✓ A Receita superou a meta prevista e a despesa total foi abaixo da meta estabelecida.
- ✓ Com isso foram atendidos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica demonstrada, assim, a situação financeira do Município.